

Fundo só libera crédito após novo "waiver"

por Reginaldo Heller

do Rio

O cronograma de liberações parceladas do empréstimo — "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, negociado no final de janeiro com a comunidade financeira internacional e destinado ao pagamento dos compromissos externos ao longo deste ano, somente terá início em meados do mês de março. Os bancos credores vincularam a liberação dos recursos à aprovação do pacote e à liberação de parcelas retidas do empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas, conforme apurou este jornal, ontem, a decisão do FMI dependerá de um novo "waiver" (perdão) do seu "board" pelo não cumprimento de algumas metas contidas na última carta da intenção encaminhada em outubro do ano passado, tais como a revogação da Resolução nº 851 (centralização do câmbio) e o não pagamento dos juros da dívida externa até dezembro.

Segundo uma fonte com acesso direto ao "advisory waiver", será concedido — são reconhecidas as dificuldades que o Brasil teve para cumprir alguns dos compromissos acertados ao mesmo tempo em que negociava a fase 2 de rolagem da dívida externa —, mas deverá passar por um ritual burocrático, que deve prolongar-se até meados de março.

De acordo com a informação, os banqueiros estão apenas aguardando a decisão do FMI para iniciar o cronograma de desembolsos, e há certa convicção de que o processo não deverá estender-se além do 1º trimestre, já que não pretendem novamente lançar em seus balancetes de março créditos em liquidação ("non performing loans").

Mas, segundo outras fontes, há uma visível preocupação com o comportamento da economia nestes primeiros dois meses do ano, razão pela qual evitam gerar caixa para o Banco Central.

A preocupação, ainda de acordo com diferentes fontes deste jornal, centraliza-se no comportamento dos gastos públicos, na condução da política monetária e na expectativa de uma taxa de inflação ainda elevada em fevereiro, da ordem de até 11%. A comunidade banqueira está acompanhando de perto os passos da missão do FMI que visita o Brasil, a qual tem demonstrado às autoridades governamentais sua inclinação para um exame mais rigoroso.

Não se admite, por exemplo, aumentos reais da dívida pública (verdadeiras restrições a novas colocações de títulos). Fontes bem informadas garantem que o FMI não mais exigirá a revogação da Resolução nº 851, que estabeleceu a centralização do câmbio, pois reconhece-se que, com muitas dificuldades, o Brasil poderá terminar o ano com sua caixa zerada e, talvez, com algum saldo de reserva.

CÂMBIO

A preocupação dos banqueiros estrangeiros também se volta para o segundo trimestre deste ano. Caso as metas que serão negociadas com a missão do FMI não sejam cumpridas, haverá o risco de uma nova suspensão no fluxo dos empréstimos e, conseqüentemente, o País enfrentaria novos problemas na liquidez externa. E, neste caso, há riscos, inclusive, para o crédito comercial. Por ora, o esquema que vem sendo executado é o anterior à nova versão do projeto 3. Isto é, são realizadas operações mediante contratos efetivos de importação e exportação, não havendo nenhum depósito, como deverá ocorrer de acordo com os termos recentemente negociados, junto ao Banco Central.